

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Ata da 21ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jundiaí/SP, em 27/04/2018

<i>Relação dos Membros dos Plenários – Presentes.</i>	
Entidade	Nome
4ª Cia de Polícia Ambiental	Fábio da Nóbrega
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski
ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto
ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão
AEJ	Jaime Ramiro
ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme
	Martim de França Silveira Ribeiro
Associação dos Atrativos do Salto	p/ Damião Aparecido do Couto
CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar
CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno
CIESP – DR Indaiatuba	p/ Alexandre Vilella
CIESP - DR Jundiaí	p/ Alexandre Vilella
CIESP – DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti
CIESP- DR Limeira	Jonas Vitti
CIESP – DR Piracicaba	p/ Alexandre Vilella
Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz
COPASA	p/ José Maria do Couto
DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia
FIEMG	Carlos Renato Viana
FIESP	Alexandre Luís Almeida Vilella
Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco
IEF	p/ Damião Aparecido do Couto
IPSA	Waldemar Bóbbo
P.M. de Amparo	Laura Petri Geraldino
P.M. de Atibaia	Fabiane Cabral da Costa Santiago
P.M. de Cabreúva	p/ Andrea Manami Yoshikawa
P.M. de Campinas	Rogério Menezes
P.M. de Dois Córregos	Jefferson César Padrin Filho
P.M. de Extrema	p/ Damião Aparecido do Couto
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Well
P.M. de Ipeúna	p/ Marcio Antônio Gomes Ramos
P.M. de Itirapina	Alípio Marques Junior
P.M. de Itapeva	p/ José Maria do Couto
P.M. de Itupeva	Alexandre Mustafa
	p/ Arlindo Gomes Miranda
P.M. de Itatiba	José Roberto Fumach
P.M. de Jundiaí	Luiz Fernando Arantes Machado
	Maria das Graças Martini
P.M. de Louveira	Lidiane Nobre Alves

P.M. de Mairiporã	p/ José Roberto Margonari Silva
P.M. de Monte Mor	p/ João Primo Baraldi
P.M. de Nova Odessa	p/ Caroline Pavan Leite de Lima
	Barjas Negri
P.M. de Piracicaba	José Rubens Françoso
P.M. de Rio Claro	p/ Ricardo Pires
P.M. de Rio das Pedras	Antônio Carlos Defavari
	Daniel Gonçalves
P.M. de Saltinho	Carlos Alberto Lisi
P.M. de Toledo	Damião Aparecido do Couto
P.M. de Várzea Paulista	João José de Lima
SAA	Sergio Rocha Lima Diehl
SABESP	Hélio Rubens Figueiredo
	Antônio Carlos Teixeira
	Mauricio Polezi
	Nilton Santana
Secretaria de Energia	Raphael Rodrigues Ferreira
Secretaria da Fazenda	Afonso Celso Rocha Mastrelli
Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
Secretaria de Desenvolvimento Social	Maria Aparecida Ribeiro Germek
	Ana Paula Leme da Silva Sampaio
SINMEC	José Maria do Couto
SMA	Laura Stela Naliato Perez
	Sandra Jules Gomes da Silva
SR Campinas	p/ João Primo Baraldi
SR Indaiatuba	p/ João Primo Baraldi
SR de Salto	p/ João Primo Baraldi
SR Limeira	Nilton Piccin
SR Rio Claro	João Primo Baraldi
SRHQ/MMA	Julio Thadeu Silva Kettelhut
SSRH	Luiz Roberto Moretti
UNICA	André Elia Neto

Relação dos Membros dos Plenários Com Ausência Justificada

Entidade	Nome
AEAN	Edmo José Stahl Caroso
Consórcio Pirai/ INEVAT	Francisco Moschini
DER Piracicaba	Fabio A. Negreiros
IGAM	Thiago Figueiredo Santana
P.M. de Cordeirópolis	Osmar da Silva Junior

Aos vinte e sete dias do mês de abril de 2018, nas dependências do Auditório “Planeta Água” da DAE S/A – Água e Esgoto de Jundiaí, em Jundiaí/SP, realizou-se a 21ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ; PCJ FEDERAL e CBH-PJ), registrando-se a participação de 106 pessoas, entre representantes dos municípios, da sociedade civil, dos usuários de recursos hídricos, dos governos dos Estados de São



Ata da 21ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jundiaí/SP, em 27/04/2018

Paulo e Minas Gerais e do Governo Federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários – Presentes” apresentada, e público em geral, registrado em livro próprio. **1. Composição da mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue:

15 Barjas Negri (Prefeito Municipal de Piracicaba, Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL e Presidente do Aglomerado Urbano de Piracicaba); Luiz Fernando Arantes Machado (Prefeito Municipal de Jundiaí); Júlio Thadeu Silva Kettelhut (3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL), José Maria do Couto (Vice-presidente do CBH-PJ), Sebastião Vainer Bosquília (Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ) e Sérgio Razera (Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ); **2. Abertura:** Dando início à reunião, os componentes da mesa tomaram seus lugares e a todos foram convidados a ouvirem e cantarem o Hino Nacional Brasileiro. **2.1. Saudações iniciais dos membros da mesa:** O Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, Sr. Sergio Razera, anunciou que está aberta a licitação para contratação do Plano Diretor da Macrodrenagem da Bacia do Rio Jundiaí, importante instrumento de planejamento e gestão do território da bacia e desejou um bom trabalho a todos. Na sequência, o Prefeito Municipal de Jundiaí, Sr. Luiz Fernando Machado, deu boas-vindas a todos, expressou satisfação pelo anúncio realizado pelo Sr. Sergio Razera e desejou um excelente trabalho. Posteriormente, o 3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, Sr. Júlio Thadeu Silva Kettelhut, saudou a todos e informou que foi criado o décimo primeiro comitê de bacias hidrográficas federal, o Comitê do Rio Parnaíba, tendo em sua área de atuação os estados do Maranhão, Ceará e Piauí, e que serão realizadas reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) em junho para eleição de seus representantes. Após, o Prefeito Municipal de Piracicaba, Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, Barjas Negri, cumprimentou a todos e ressaltou a importância das discussões no âmbito dos Comitês PCJ, e a participação dos prefeitos, desejando sucesso aos trabalhos a serem realizados na presente reunião. Na sequência, com autorização do Presidente dos Comitês PCJ, o Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ, Sr. Sebastião Bosquília, passou a conduzir os trabalhos nominando as entidades representadas na reunião, confirmando a existência de quórum nos três comitês. **2.1. Proposta de inclusão de item de pauta:** O Sr. Sebastião solicitou a inclusão de item na pauta em “Outros assuntos”, para a discussão da Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 291/18, de 27/04/2018, que “aprova Parecer Técnico da CT-MH sobre o cumprimento das condicionantes estabelecidas nos artigos 6º e 12 da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 926/17”. O Sr. Sebastião colocou em votação a

inclusão deste item de pauta, sendo aprovado por unanimidade. **2.2. Proposta de inversão de pauta:** Na sequência, o Sr. Sebastião solicitou a inversão dos itens de pauta, antecipando-se o item “outros assuntos” para a discussão da Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 291/18, de 27/04/2018, que “aprova Parecer Técnico da CT-MH sobre o cumprimento das condicionantes estabelecidas nos artigos 6º e 12 da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 926/17”. O Sr. Sebastião colocou em votação a inversão de pauta, sendo aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento à reunião, passou ao item **3. Assuntos a deliberar: 3.1. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 287/18, de 27/04/2018, que “Elege e empossa novo Secretário-executivo dos Comitês PCJ e dá outras providências”:** O Sr. Sebastião lembrou que o cargo de Secretário-Executivo foi criado conforme os termos do Estatuto do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ), do Regimento Interno do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ FEDERAL) e do Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ). Nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 264/17, de 31/03/17, que elegeu e empossou dirigentes dos Comitês PCJ para o mandato 2017/2019, foi indicado como Secretário-executivo dos Comitês PCJ, o Sr. Vinícius Rosa Rodrigues, representante da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (SSRH), tomando posse durante a 19ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, em 31/03/2017, realizada em Piracicaba/SP, cujo período do mandato é de 2 anos e que, a data da próxima eleição deverá ocorrer até 29/03/2019. Informou que por meio de correspondência encaminhada à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, o Sr. Vinícius Rosa Rodrigues solicitou seu desligamento do cargo de Secretário-executivo dos Comitês PCJ, por motivos de saúde. Na sequência, informou que, tendo em vista a necessidade de eleição, dentre os membros do segmento “Órgãos de Governo” do PCJ FEDERAL, do novo Secretário-executivo dos Comitês PCJ, em atendimento aos termos do Artigo 2º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 109/11, de 31/03/11, que institui a forma de eleição do Secretário-executivo, os membros do segmento “Órgãos de Governo” dos Comitês PCJ se reuniram, na data de 19/04/18, em Piracicaba/SP, elegendo, por unanimidade o Sr. Luiz Roberto Moretti, representante da Secretaria de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (SSRH), devendo o mesmo tomar posse na presente reunião, passando a compor a Diretoria do Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL) e Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios



Ata da 21ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jundiaí/SP, em 27/04/2018

Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ), para o mandato compreendido entre essa data e a data da próxima eleição, que deverá ocorrer até 29/03/2019. Após explanações, o Sr. Sebastião abriu a palavra aos plenários e, não havendo manifestações, a minuta de deliberação com a indicação, eleição e posse do Sr. Luiz Roberto Moretti para a função de Secretário-executivo da Diretoria Colegiada dos Comitês PCJ, representante no Plenário do PCJ FEDERAL, foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. Na sequência, O Sr. Barjas Negri, declarou o Sr. Luiz Roberto Moretti, representante da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo – SSRH, empossado ao cargo de Secretário-executivo da Diretoria Colegiada dos Comitês PCJ. O Sr. Barjas Negri agradeceu ao Sr. Vinícius Rosa Rodrigues pelo intenso trabalho realizado frente da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ. Na sequência passou a palavra ao Sr. Moretti, Secretário-executivo dos Comitês PCJ, para a condução dos trabalhos da presente reunião. O Sr. Moretti, agradeceu a oportunidade e confiança depositada e deu sequência aos trabalhos. **3.2. Ata da 20ª Reunião Ordinária realizada no dia 15/12/2017, nas dependências do Instituto de Zootecnia do Estado de São Paulo, no município de Nova Odessa/SP:** O Sr. Moretti explicou tratar-se da minuta da ata da última reunião plenária, ocorrida no município de Nova Odessa/SP, e questionou sobre a necessidade de leitura da ata. Dispensada a leitura, foi aberta a palavra para discussão e, não havendo manifestação, colocou a minuta da ata em votação, sendo aprovada por unanimidade e sem alterações. **3.3. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 288/18, de 27/04/2018, que “Aprova o Relatório Final da Etapa 1 da Revisão do “Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, para o período de 2010 a 2020” ora denominado Relatório II – Plano de Bacias, conforme Deliberação CRH nº 188/2016, de 09 de novembro de 2016, e dá outras providências”:** O Sr. Moretti informou a todos que, nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 097/10, de 09/12/2010, foi aprovado o “Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, para o período de 2010 a 2020, com propostas de Atualização do Enquadramento dos Corpos d’Água e de Programa para Efetivação do Enquadramento dos mesmos até o ano de 2035”; sendo que verificou-se a necessidade de atualização do conteúdo e do formato do Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020 às normas legais aplicáveis, e em atendimento a Deliberação CRH nº 188/2016, de 09 de novembro de 2016. A Agência das Bacias PCJ contratou, no ano 2015, por meio de processo licitatório, o Consórcio Profill-Rhama para execução dos serviços afetos à Revisão do Plano das Bacias

180 PCJ 2010 a 2020, conforme Termo de Referência elaborado em conjunto com as Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ. Foi desenvolvido processo de ampla discussão dessa, com participação das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ e Consultas Públicas nas cidades de Campinas/SP, Piracicaba/SP e Bragança Paulista/SP. O assunto foi apreciado na 69ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e 6ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB realizada na UNICAMP - Limeira/SP, em 24/11/2017, e na 70ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada em 06/04/18, em Americana/SP, sendo aprovado o encaminhou do Relatório Final da Etapa 1 da Revisão do Plano de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – 2010-2020. Após as explanações, o Sr. Moretti passou a palavra para a Sra. Adriana Isenburg, Coordenadora da Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ, que apresentou os resultados obtidos pelo Consórcio Profill-Rhama e forneceu detalhes a respeito da apreciação do Relatório Final da Etapa 1, ora denominado Relatório II – Plano de Bacias, conforme Deliberação CRH nº 188/2016, de 09 de novembro de 2016. Ressaltou a cronologia dos fatos, informando que no dia 14 de março de 2018, em Campinas, foi realizada a 75ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias, conjuntamente com a 9ª Reunião Ordinária do Grupo de Trabalho de Acompanhamento, no qual o Relatório Final da Etapa 1, foi apreciado, encaminhando-o à apreciação da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), em sua 70ª Reunião Ordinária, realizada em 06/04/18, em Americana/SP, que naquela ocasião autorizou a Câmara Técnica do Plano de Bacias a receber contribuições até a data de 13/04/18, dos membros da CT-PL, para os documentos apresentados, podendo ocorrer alterações nas informações dos Tomos finais, a ser apreciados pelos Plenários dos Comitês PCJ nesta reunião. Informou que na data de 25/04/18, no município de Campinas/SP foi realizada a 86ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Plano de Bacia e a 10ª Reunião Ordinária do GT Acompanhamento, que apreciou o Relatório Final da Etapa 1 da Revisão do “Plano das Bacias Hidrográficas”, com a inserção das contribuições recebidas, sendo o resultado final apresentado na presente data aos Plenários dos Comitês PCJ, para deliberação e envio à Coordenadoria de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, cumprindo a deliberação e os prazos estabelecidos. Também, explicou que devido à decisão de se dilatar o prazo para apresentação do Relatório Final da Etapa 1. Na sequência, o Sr. Moretti, passou a palavra ao Sr. Sidnei Agra, representante do Consórcio Profill-Rhama, o qual detalhou o conteúdo do Relatório Final da Etapa 1 da Revisão do “Plano das Bacias”, informando do andamento dos trabalhos até o



Ata da 21ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jundiá/SP, em 27/04/2018

presente momento, ressaltando um contexto geral de como o plano foi desenvolvido. O Sr. Sidnei informou que o trabalho que está sendo elaborado tem V etapas, a Etapa preliminar que já foi concluída, a Etapa I, com atividades relativas ao diagnóstico, prognóstico e plano de ações, que está sendo finalizada neste momento. As próximas etapas, II e III, referem-se à produção dos cadernos temáticos, sendo a Etapa II sobre aspectos relacionados à garantia de recursos hídricos e a Etapa III abordando águas subterrâneas, educação ambiental, conservação dos usos da água em área rural, recuperação florestal, e o enquadramento dos corpos d'água superficiais. A Etapa IV é a atualização do Plano de Bacias incorporando os resultados dos cinco cadernos temáticos, a produção de um caderno executivo e a elaboração de um caderno regional, com a função de Plano Diretor de Recursos Hídricos, para a porção mineira das Bacias PCJ. Informou que entre os meses de março e junho de 2017, foram realizadas visitas a 70 municípios com sede nas Bacias PCJ, incluindo as regionais da Sabesp e da Copasa, e que entre os meses de agosto e outubro de 2017, foram realizadas 05 (cinco) consultas públicas para discussão do plano de ações para revisão do Plano das Bacias, apresentando os dados e os registros das contribuições presenciais e via formulário eletrônico, disponibilizado especificamente para esta finalidade, sendo, após essa etapa, finalizado o diagnóstico, da revisão do Plano das Bacias. Após, um breve histórico, informou que o documento apresentado é composto por 05 (cinco) tomos, sendo: *Tomo I – Diagnóstico*, contendo: introdução; histórico e contexto da revisão do plano PCJ; caracterização geral; caracterização física; e saneamento básico. *Tomo II – Diagnóstico*, contendo: disponibilidade de recursos hídricos, demanda por recursos hídricos; balanço: demanda x disponibilidade; e qualidade das águas. *Tomo III – Prognóstico*, contendo: gestão do território e áreas sujeitas a gerenciamento especial; avaliação do plano de bacia hidrográfica; síntese do diagnóstico; introdução geral; cenários futuros: balanço hídrico; planos, programas, projetos e empreendimentos; dinâmica socioeconômica e projeções das demandas; avaliação de condições hidrológicas futuras: disponibilidade hídrica; sistema de suporte à decisão; cenários futuros: saneamento básico; prognóstico da qualidade das águas; gestão dos recursos hídricos; áreas críticas e prioridades para gestão dos recursos hídricos. *Tomo IV – Plano de Ações*, contendo: introdução; avaliação das metas do Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020; definição das ações, metas e investimentos para gestão; balanço entre as prioridades de gestão e as ações; arranjo institucional para a implementação do plano; definição da sistemática de acompanhamento e monitoramento do plano PCJ; diretrizes para gestão

dos recursos hídricos; recomendações para os setores usuários; recomendações ao poder público; recomendações aos setores usuários; recomendações à sociedade civil. *Tomo V – Anexos*. Na sequência, apresentou cada um dos itens contidos em cada tomo, os principais resultados e com cenários atuais e futuros, com as alterações e complementações realizadas após a 70ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada em 06/04/18, em Americana/SP. Na sequência, o Sr. Sidnei explicou que em reunião do GT-Empreendimentos dos Comitês PCJ, será apresentado aos Coordenadores das Câmaras Técnicas a sistemática para elaboração e acompanhamento dos Cadernos Temáticos. Após a exposição, o Sr. Moretti, abriu a palavra para manifestação dos membros. O Sr. Barjas Negri, Presidente dos Comitês PCJ e representante da P.M. de Piracicaba, solicitou a palavra e fez ponderações quanto às metas e à quantificação dos investimentos do plano de ações, afirmando que é necessária uma compatibilização dos investimentos disponíveis e projetados às metas propostas, indicando serem os investimentos e ações, propostos no Relatório Final da Etapa I da Revisão do “Plano das Bacias, os limites do possível e não o que será efetivamente realizado, pois os orçamentos municipais podem não ser compatíveis com o ideal apresentado no relatório em questão. O Sr. Sidnei Agra, informou que o plano de ações foi construído com base nos investimentos já previstos, sendo os indicadores considerados como cenários e não como metas, já considerando que as ações previstas têm de estar articuladas com a previsão orçamentária, afirmando que esta preocupação está contemplada nesta etapa da revisão do Plano. Na sequência, o Sr. Hélio Rubens, representante da SABESP, opinou a respeito da necessidade de alocação de recursos para ações fundamentais ainda não atendidas em municípios com menor capacidade de investimento, buscando uma redução na desigualdade das condições de saneamento dentro das Bacias PCJ. Após, o Sr. Júlio Thadeu, questionou se esta revisão contempla a alteração recente que diminui a parcela destinada aos estados da compensação financeira do uso dos recursos hídricos. O Sr. Sidnei Agra, informou que está sendo considerado o estado atual, que não contempla as alterações, visto que as mesmas ainda não foram oficializadas pelo FEHIDRO, e que 84% (oitenta e quatro por cento) dos investimentos previstos são oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, o que minimiza o impacto da diminuição de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Na sequência, o Sr. José Roberto Fumach, representante da P.M. de Itatiba, solicitou a palavra e manifestou sobre a importância das ações para contenção de inundações. Após, o Sr. Massao Okazaki, morador de Jundiá,



Ata da 21ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jundiá/SP, em 27/04/2018

solicitou a palavra e teceu preocupações a respeito da necessidade de revisão das leis ambientais e com a situação dos investimentos no Brasil. Após as manifestações, o Sr. Moretti colocou em votação o Relatório Final da Etapa 1 da Revisão do “Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, para o período de 2010 a 2020” ora denominado Relatório II – Plano de Bacias e a minuta de deliberação conforme apresentados, que foram aprovados por unanimidade. **3.4. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 289/18, de 27/04/2018, que “Prioriza a aplicação de recursos da “Cobrança Federal PCJ”, provenientes do Plano de Aplicação Plurianual da Agência das Bacias PCJ 2017-2020 - PAP-PCJ 2017-2020, como Demanda Induzida, para atividades de monitoramento automático da qualidade da água, tendo como tomador a CETESB”:** O Sr. Moretti lembrou que a Lei Estadual Paulista nº 13.542, de 08 de maio de 2009, atribui competência à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB para realização de monitoramento da qualidade dos recursos hídricos, e que na atual composição da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ existe o Grupo de Trabalho de Qualidade, denominado GT-Qualidade, para acompanhamento e definição de ações de monitoramento voltadas à qualidade dos recursos hídricos. Informou, também, que no dia 15 de dezembro de 2017, por ocasião da realização da 20ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Nova Odessa/SP, foi firmado Acordo de Cooperação entre a Agência das Bacias PCJ, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), onde é previsto, em seu Plano de Trabalho, a realização de atividades para aquisição, instalação e operação de estações de monitoramento automático da qualidade da água, estando previsto no PAP PCJ 2017-2020 dotação orçamentária para obtenção de “informações de qualidade das águas das Bacias PCJ, com interligação à Sala de Situação PCJ”. Na sequência, passou a palavra à Sra. Patrícia Barufaldi, Diretora Técnica da Agência das Bacias PCJ, a qual informou que a CT-MH deverá estabelecer escala de prioridades dos locais para a instalação de novos postos de monitoramento automático da qualidade da água, sendo que o GT-Qualidade da CT-MH, junto com a CETESB e a Agência das Bacias PCJ, deverá elaborar Termo de Referência que permita a contratação de serviços de instalação de novos postos de monitoramento automático da qualidade da água. A Sra. Patrícia explicou que esta ação tem o objetivo de incrementar os dados da Sala de Situação das Bacias PCJ (SS-PCJ) com dados automáticos de qualidade da água, o que demanda a utilização de

sondas. Porém, a Agência das Bacias PCJ não dispõe das condições para efetuar a contratação de tais serviços, pois existem problemas a respeito da propriedade de equipamentos quando a Agência das Bacias PCJ é a contratante. Dentre as alternativas estudadas, do ponto de vista técnico e financeiro, a melhor alternativa é indicar a CETESB como tomadora dos recursos, com a Agência das Bacias PCJ fornecendo apoio à manutenção e à prestação dos serviços, que ao final do contrato os equipamentos seriam patrimônio da CETESB, que continuaria com a produção de dados públicos para as Bacias PCJ. A Sra. Patrícia informou que ficariam priorizados recursos da Cobrança PCJ Federal, provenientes do PAP PCJ 2017-2020, para contratação de empreendimento voltado às ações de monitoramento da qualidade dos recursos hídricos nas Bacias PCJ – UGRHI 5, denominado “Aquisição, estruturação, instalação e operação de estação de monitoramento automático da qualidade da água nas Bacias PCJ”, no valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), enquadrado como “demanda induzida”, dispensando-se a apresentação de contrapartida, sendo o tomador a CETESB. Ressaltou, conforme apresentado na minuta de deliberação, que a indicação do empreendimento estará sujeita à aprovação, pela Agência das Bacias PCJ e pela CT-MH, de projeto ou termo de referência específico, cronograma e orçamento, elaborados pela CETESB, em comum acordo com a CT-MH, detalhando as atividades a serem desenvolvidas e os referidos custos e prazos. O acompanhamento da execução do empreendimento, com verificação e aprovação de seus respectivos produtos, estará a cargo da CT-MH. A escala de prioridades dos locais para a instalação de novos postos de monitoramento automático da qualidade da água deverá ser definida pelo GT-Qualidade, com a aprovação da CT-MH. As informações e dados de qualidade das águas das Bacias PCJ gerados pelos novos postos de monitoramento automático da qualidade da água deverão ser disponibilizadas à Sala de Situação PCJ. A Sra. Patrícia informou que a indicação da CETESB como tomadora dos recursos para o empreendimento deverá ocorrer após a apresentação e aprovação pela Agência das Bacias PCJ e pela CT-MH, por meio de Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ. Após os esclarecimentos, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestação dos membros. O Sr. Miguel Milinski, representante da Associação dos Amigos do Horto de Rio Claro, pediu esclarecimentos quanto aos locais e número de sondas a serem disponibilizadas. O Sr. Alexandre Vilella, Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológica, informou que os locais serão definidos numa etapa seguinte, sendo a atual apenas para reserva de recursos, e que o preço estimado de compra, estruturação, instalação e



Ata da 21ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jundiá/SP, em 27/04/2018

465 calibração de uma única sonda pode utilizar todo o
orçamento destinado. Após as manifestações, o Sr.
Moretti colocou a minuta de deliberação que prioriza
a aplicação de recursos da “Cobrança Federal PCJ”,
470 Agência das Bacias PCJ 2017-2020 - PAP-PCJ 2017-
2020, como Demanda Induzida, para atividades de
monitoramento automático da qualidade da água,
tendo como tomador a CETESB, em votação, sendo
aprovada por unanimidade. **3.5. Minuta de**
475 **Deliberação dos Comitês PCJ nº 290/18, de**
27/04/2018, que “Manifestação sobre os valores da
cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de
domínios da União e do Estado de São Paulo,
480 **boletados à SABESP, referentes ao Sistema**
Cantareira, no exercício 2016”: O Sr. Moretti
lembrou que, por meio do ofício da Companhia de
Saneamento Básico do Estado de São Paulo
(SABESP) nº 070/2016, protocolado em 19/10/16, a
empresa comunicou sua discordância com o critério
485 de cálculo da cobrança pelo uso dos recursos hídricos
no período de estiagem vivenciado nas Bacias PCJ,
informando que, em 06 de setembro de 2016, foi
realizada reunião com representantes da Agência
Nacional de Águas (ANA), SABESP e Agência das
490 Bacias PCJ, onde foi solicitada revisão dos valores
boletados para o ano de 2016, considerando os
comunicados conjuntos ANA/DAEE, que impuseram
vazões de restrição. Diante deste fato, a SABESP
realizou o pagamento parcial dos valores boletados
495 das cobranças federal e estadual paulista pelo uso dos
recursos hídricos nas Bacias PCJ, referentes ao
Sistema Cantareira, para o exercício 2016. A Agência
das Bacias PCJ apresentou nota técnica avaliando o
pleito da SABESP, em especial o conceito de outorga
500 de direito de uso de recursos hídricos, concluindo que
a suspensão parcial das vazões outorgadas do Sistema
Cantareira configurou-se como ação de gestão, dentro
das regras de operação do sistema, previstas na
Portaria DAEE nº 1.213/2004 e que, portanto, não
505 houve alteração legal do valor da vazão outorgada. O
ofício da Agência das Bacias PCJ nº 259/2016,
protocolado em 28/10/16, junto à Secretaria
Executiva dos Comitês PCJ, informou seu
posicionamento de que não ocorreu alteração e nem
510 tampouco cancelamento dos termos da Portaria
DAEE nº 1.213/2004 e solicitou manifestação deste
colegiado. Em 15/08/2017, a SABESP, protocolou o
ofício nº P-0403/2017, junto à Secretaria Executiva
dos Comitês PCJ, no qual a entidade reencaminha
515 seus fundamentos por considerar que os comunicados
conjuntos alteraram a vazão de 31 m³/s, objeto da
outorga do Sistema Cantareira ao fixarem vazões
máximas mensais inferiores àquela prevista na
Portaria DAEE 1.213/2004. Em 30 de agosto de
520 2017, os Comitês PCJ, através do Ofício nº 087/2017,
solicitaram parecer dos órgãos gestores - Agência
Nacional de Águas (ANA) e Departamento de Águas
e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) -
525 sobre a abrangência jurídica dos comunicados
conjuntos ANA/DAEE, ou seja, se seriam
considerados como nova portaria de outorga. Através
do ofício ANA nº 226/2017/AA-ANA, protocolado
em 08/11/17, em resposta ao ofício Comitês PCJ nº
530 087/17, de 30/08/17, foi apresentada Nota Técnica nº
86/2017/PF-ANA/PGF/AGU na qual a ANA
considera que os comunicados conjuntos emitidos no
período de março de 2014 a novembro de 2016 não
se caracterizaram como nova Portaria de Outorga. Na
535 ocasião da realização da 69ª Reunião Ordinária da
Câmara Técnica de Planejamento, realizada em 24 de
novembro de 2017, foi constituído um grupo de
trabalho denominado GT-SABESP, para tratar sobre
o assunto, constando a Associação Nacional dos
540 Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), o
Sindicato Rural de Rio Claro, o Fórum das Américas,
o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios
Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ) e a
SABESP como membros. O DAEE, através do
ofício nº SUP/1671/2017, protocolado em 11 de
545 dezembro de 2017, informou que os valores máximos
permitidos de captação permaneceram inalterados,
concluindo que o artigo 1º da Portaria DAEE nº
1.213/2004 não foi revogado. O GT-SABESP se
reuniu em 27/11/2017 e em 22/01/2018 para
550 discussão do assunto e emitiu parecer favorável à
cobrança dos valores que foram originalmente
boletados à SABESP e não pagos, tendo em vista a
permanência da manutenção das vazões outorgadas
na Portaria DAEE nº 1.213/2004, e encaminhou à
555 CT-PL uma minuta de deliberação com manifestação
sobre os valores da cobrança pelo uso dos recursos
hídricos em rios de domínios da União e do Estado
de São Paulo, boletados à SABESP, referentes ao
Sistema Cantareira, no exercício 2016, sendo
560 apreciada e aprovada na ocasião da realização de sua
49ª Reunião Extraordinária, realizada em 02/02/2018,
no município de Jundiá/SP. A conclusão do GT-
SABESP foi de indeferimento da solicitação da
SABESP para a revisão dos valores boletados das
565 cobranças federal e estadual paulista pelo uso dos
recursos hídricos nas Bacias PCJ, referentes ao
Sistema Cantareira, para o exercício 2016, devendo
ser apurados os valores devidos, devidamente
corrigidos, referentes às Cobranças PCJ Federal e
570 PCJ Paulista, bem como os juros e multas do
respectivo período. Após os esclarecimentos, o Sr.
Moretti passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, que
discorreu sobre a minuta de deliberação informando
que o GT-SABESP, propõe : a) concordância com o
575 parecer dos órgãos gestores ANA e DAEE e da
Agência das Bacias PCJ quanto à não alteração da
vazão máxima outorgada de 31m³/s permitida para
captação no Sistema Cantareira, constante no artigo



Ata da 21ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jundiá/SP, em 27/04/2018

580 1º da Portaria DAEE nº 1.213/2004, indeferindo-se a solicitação da SABESP para a revisão dos valores boletados das cobranças federal e estadual paulista para o exercício 2016. Após, o Sr. Moretti, abriu a palavra para manifestação dos membros. O Sr. Hélio Rubens, representante da SABESP, afirmou que há 585 um parecer jurídico da SABESP contrário à cobrança, e que, após as reuniões do GT-SABESP, tal parecer foi mantido como a posição da empresa neste assunto, defendendo a posição da SABESP, manifestando-se contrário à minuta de deliberação 590 em questão. Após as manifestações, o Sr. Moretti colocou em votação a minuta de deliberação de manifestação sobre os valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínios da União e do Estado de São Paulo, boletados à SABESP, 595 referentes ao Sistema Cantareira, no exercício 2016, sendo aprovada com três votos contrários: 02 votos da SABESP vaga usuário, 01 votos da SABESP órgãos de governo. **4. Outros assuntos: 4.1. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 291/18, de 600 27/04/2018, que “Aprova Parecer Técnico da CT-MH sobre o cumprimento das condicionantes estabelecidas nos artigos 6º e 12 da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 926/17”:** O Sr. Moretti lembrou que a Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 605 926/2017, de 29 de maio de 2017, dispõe sobre a outorga à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) do uso de vazões do Sistema Cantareira, constando nos seus artigos 6º e 12, determinação à SABESP de entrega de planos aos 610 órgãos gestores, no prazo de 6 (seis) meses, para avaliação, após ouvidas as manifestações dos Comitês PCJ e do CBH-AT. O Sr. Moretti informou que a Agência Nacional de Água (ANA) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), protocolaram junto à 615 Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, em 18/12/17, o Ofício Conjunto ANA/DAEE nº 3/2017/AA-ANA/DAEE e seus anexos, datado de 06/12/17, solicitando aos Comitês PCJ manifestação de forma a subsidiar a avaliação dos órgãos gestores quanto aos 620 artigos 6º e 12 da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 926/2017. A Secretaria Executiva dos Comitês PCJ encaminhou o assunto para apreciação da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) que, em sua 177ª Reunião Ordinária, realizada em 04/01/2018, deliberou a constituição de um grupo de trabalho denominado GT-Condicionantes para análise dos documentos encaminhados pelos órgãos gestores e pela SABESP. No dia 23/01/2018 foi realizada a primeira reunião do GT-Condicionantes no município de Campinas/SP para discussão sobre o assunto e contou com a presença de representantes da ASSEMAE, FIESP, CETESB, CIESP Bragança Paulista, Consórcio PCJ, DAEE e SABESP, onde foi elaborada uma minuta de parecer e que a Câmara 635

Técnica de Monitoramento Hidrológico se reuniu nos dias 06/03/18 e 04/04/18, em suas 179ª Reunião Ordinária e 180ª Reunião Ordinária, respectivamente, fornecendo contribuições e encaminhou, em 04 de abril de 2018, à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, o Parecer Técnico da CT-MH nº 001/18, de modo a fornecer subsídios aos órgãos gestores na avaliação das condicionantes dos artigos 6º e 12 da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 926/2017. Na sequência, passou a palavra ao Sr. Alexandre Vilella, Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), o qual apresentou o Parecer Técnico da CT-MH Nº 001/18 informando que em relação à condicionante prevista no artigo 6º, indica atendimento parcial das obrigações e a necessidade das seguintes complementações e sugestões nos itens: a) necessidade de implantação e operação de estação fluviométrica/pluviométrica na entrada de afluência do reservatório Jacaré; b) revisão periódica do Plano de Monitoramento das Redes de Chuva e Vazão; c) atualização e unificação dos dados de monitoramento existentes em tempo real para acesso público; d) cálculo da densidade de postos; e) responsabilidades quanto a rede de postos, densidade e distribuição geográfica. Em relação ao artigo 12, o parecer indica a necessidade de complementação das informações e evidências técnicas acerca da possível utilização futura da reserva técnica em níveis críticos para as Bacias PCJ, que conforme relatório técnico apresentado, na sua página 26), é citado que “Todas as operações relacionadas à captação da reserva técnica não afetam as descargas à jusante dos reservatórios do Cantareira para as Bacias PCJ, haja vista que as estruturas de descargas estão em cotas inferiores aos pontos de captação”. De acordo com as manifestações anteriores e durante o processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira, finalizado em 2017, os Comitês PCJ têm buscado segurança técnica e decisória, principalmente, quando dos momentos de criticidade severa e níveis baixos de reservação. Neste item indica-se a necessidade de apresentação e complementação com dados de projeto e demais informações técnicas quanto: aos níveis de segurança para descargas as bacias PCJ; as cotas mínimas das estruturas de descargas para as Bacias PCJ em cada reservatório (Jaguari, Jacaré, Cachoeira e Atibainha) e a relação com as possíveis cotas de utilização da reserva técnica; a possibilidade ou não de utilização dos volumes com cotas abaixo das estruturas de descargas. Após as explicações, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestação dos membros. O Sr. Hélio Rubens, representante da SABESP, informou que a SABESP possui alguns representantes na CT-MH que já se posicionaram a respeito de aspectos técnicos em reuniões para o trato deste assunto no âmbito da própria CT-MH, sendo que o entendimento da entidade é discordante ao ora 640 645 650 655 660 665 670 675 680 685 690



Ata da 21ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jundiá/SP, em 27/04/2018

695 apresentado. Informou ainda que, uma vez que ainda é necessário aguardar pelas considerações do CBH-AT, a SABESP vai se abster da votação no presente momento. O Sr. Moretti, por sua vez, manifestou que o Departamento de Aguas e Energia Elétrica (DAEE) e a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (SSRH) também irão se abster de votar, uma vez que são responsáveis por receber e analisar as manifestações em questão. Após as manifestações, o Sr. Moretti colocou em votação a minuta de deliberação que aprova o Parecer Técnico da CT-MH nº 001/18, sobre o cumprimento das condicionantes estabelecidas nos artigos 6º e 12 da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 926/17, a qual foi aprovada com 05 abstenções: 02 da SABESP vaga usuário, 01 da SABESP órgãos de governo, 01 da SSRH e 01 do DAEE. **5. Informes: 5.1. da Secretaria Executiva (SE):** O Sr. Moretti comunicou que o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) informou que o processo eleitoral dos comitês de bacias hidrográficas mineiros ainda não está finalizado, pois não foram publicados os Atos Governamentais com a nomeação dos conselheiros para a gestão 2017/2021. Neste sentido, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, em sua 113ª reunião, ocorrida em 13/03/2018, aprovou a prorrogação dos mandatos supracitados por até 12 (doze) meses. O Sr. Moretti informou que estão disponíveis no site dos Comitês PCJ, para download, o livro do Projeto Conservador das Águas 12 anos, com o qual a Prefeitura Municipal de Extrema/MG busca compartilhar experiências desse projeto de sucesso com os demais municípios brasileiros, e a publicação “Base Legal para o Contrato de Gestão das Águas (1991-2017)”, publicação do Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua). O Sr. Moretti lembrou que entre os dias 17 e 23 de março aconteceu em Brasília o 8º Fórum Mundial da Água e que os Comitês PCJ participaram do evento junto aos demais Comitês e órgãos do sistema de gestão de recursos hídricos paulista, no estande “Espaço São Paulo”, levando discussões e conteúdos relevantes da experiência de gestão das Bacias PCJ, bem como temas de interesse geral do Estado. Além da exposição na Feira/Vila Cidadã, as 43 pessoas que compuseram a comitiva PCJ participaram das discussões centrais do Fórum no Espaço Mundial. E, visando compartilhar os conhecimentos, divulgar as experiências adquiridas durante o 8º Fórum Mundial e debater o legado do maior evento sobre água do planeta, foi realizado no dia 17 de abril de 2018, no auditório do Núcleo Administrativo Municipal (NAM) em Rio Claro, o Encontro Pós Fórum Mundial da Água, uma realização da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ (CT-EA) junto com o Consórcio PCJ. O Sr. Moretti mencionou

750 que foi iniciada a sexta turma do curso de Pós-Graduação Lato Sensu de “Especialização em Gerenciamento de Recursos Hídricos” oferecido pela Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (FUMEP), sendo custeados 12 membros dos Comitês PCJ que realizarão o curso, que tem a expectativa de conclusão de dois anos. Para indicações foram realizadas consultas junto às Coordenações das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ quanto ao interesse dos membros em frequentar a pós-graduação referida, ação prevista no PAP-PCJ. Essa iniciativa busca aprimorar cada vez mais o processo de tomada de decisão no âmbito das Bacias PCJ capacitando seus membros na gestão dos recursos hídricos. O Sr. Moretti acrescentou que foi realizado, no dia 24 de abril, na UNESP em Rio Claro, o “4º Seminário de Saúde Ambiental: Soluções em Saneamento Ambiental”, e parabenizou a CT-SAM pela promoção do evento. Informou, ainda, que no âmbito da CT-SAM está sendo oferecido curso do software ARAQUÁ, ferramenta de auxílio para avaliações de riscos ambientais de agrotóxicos em cenários de uso agrícola. O curso será realizado no dia 24 de maio, na Universidade Presbiteriana Mackenzie, em Campinas. Mais informações estão disponíveis no site dos Comitês PCJ. O Sr. Moretti mencionou quanto à pesquisa sobre o “Perfil dos representantes membros de Comitês de Bacia Hidrográfica no Brasil”, que está sendo promovida pelo Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), através da equipe da Dra. Fernanda Matos, solicitando a participação de todos para que respondam e contribuam para a pesquisa, na qual se espera obter um panorama sobre o perfil dos participantes em Comitês de Bacia. O Sr. Moretti informou da existência de um Inquérito Civil nº 14.0187.0000211/2014 com o objetivo de apurar as causas da poluição da Represa Salto Grande, no Rio Atibaia, no Município de Americana, para identificação e promoção de medidas voltadas ao tratamento de efluentes, combate à poluição difusa, utilização de boas práticas e conservação do solo e a reconstituição das áreas de preservação permanente. Informou também que está disponível no site dos Comitês PCJ, bem como foi enviado por e-mail, o despacho ministerial proferido em 10/04/2018 nos autos do Inquérito Civil supracitado e cópia da Informação Técnica da CETESB Nº 01/2018/CJ/EQA. O Sr. Moretti informou que o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ) comemorou no dia 27/03/2018 os 10 anos de sua instalação, realizada em 27 de março de 2008, e o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ FEDERAL) completou 15 anos de instalação no dia 31 de março. No dia 18 de novembro, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



Ata da 21ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jundiaí/SP, em 27/04/2018

(CBH-PCJ) completará 25 anos de instalação. O Sr. Moretti informou, ainda, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado o Projeto de Lei (PL) nº 315, que reduz o percentual recebido pelos estados da compensação financeira pela inundação de áreas de reservatórios de hidrelétricas que, passou de 45% do total arrecadado para 25%, o que reduz em aproximadamente 40% dos recursos que são destinados hoje aos governos estaduais que possuem áreas inundadas por reservatórios de hidrelétricas. No caso do Estado de São Paulo, 70% do valor que o governo do estado recebe é depositado no FEHIDRO e distribuído aos comitês de bacias. Este PL beneficiará os municípios que tem áreas inundadas, os quais passam a receber a parte retirada dos estados. O Fórum Mineiro manifestou-se contrariamente, solicitando o veto da Presidência da República, pois considera que tal proposta causará prejuízos às políticas estaduais de gestão de recursos hídricos com a redução dos recursos disponibilizados. O Sr. Moretti informou que o Sistema de Outorga Eletrônica do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) está em funcionamento desde o início de 2018, sendo verificável através de indicadores que houve um aumento na capacidade de produção de respostas aos usuários que fazem solicitações de outorga. **5.2. da Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, o qual lembrou que está aberto até 30 de maio o período para inscrições para seleção de áreas, no âmbito do Programa I (Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse) da Política de Mananciais PCJ, e também seleção de propostas de ações e respectivos tomadores para o Programa II, que se referem ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Os recursos são provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos em rios de domínio da União nas Bacias PCJ e constante do Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ 2017-2020 (PAP-PCJ 2017-2020). O Sr. Sérgio informou que a Agência das Bacias PCJ está finalizando acordo com a Secretaria da Fazenda e a Procuradoria Geral do Estado para a utilização do sistema da Dívida Ativa do Estado. Dessa forma, as três instâncias de cobrança de usuários inadimplentes estarão implementadas, ou seja, a cobrança administrativa (comunicados, e-mails, telefonemas etc.), o CADIN Estadual e a Dívida Ativa do Estado. O Sr. Sérgio informou que foi efetuada a contratação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP para a elaboração e acompanhamento da implantação da metodologia de gestão de documentos da Agência das Bacias PCJ, referente à primeira fase do Projeto Entidade Delegatária Digital - ED Digital - "Papel Zero", o qual representa uma

das metas do 2º Termo Aditivo do Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Águas – ANA. **5.3. dos Membros dos Plenários:** O Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Alexandre Vilella, Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), que informou que no próximo dia 31 de maio encerra-se um ciclo completo da nova outorga do Sistema Cantareira (período seco/período úmido), e os Comitês PCJ voltarão a assumir as deliberações de vazões até o final de novembro. Em 2017, a gestão dos Comitês PCJ economizou 43% da sua quota-parte. Para esse próximo período está sendo construído, pela CT-MH, junto a empresas do setor hidrelétrico, uma regra operativa nos rios das Bacias PCJ de forma a evitar impactos sobre a vazão e as captações a jusante dessas usinas. O Sr. Alexandre agradeceu ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) enquanto Sala de Situação das Bacias PCJ (SSPCJ) por todos os postos da rede telemétrica estarem em pleno funcionamento. Na sequência, informou que encontra na fase de pré-coleta, para abertura de processo licitatório, os trabalhos visando a limpeza da calha do rio Atibainha, objetivando-se a diminuição do tempo de trânsito e melhora no escoamento, para aprimoramento o processo de tomada de decisão. Após, o Sr. Moretti passou a palavra para a Sra. Laura Perez, representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, que informou que já foi encaminhado documento do Fórum Paulista à Presidência da República a respeito do PL 315, informado pelo Sr. Moretti. Informou, também, que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente lançou o módulo SIGOR Reciclagem no Sistema de Gerenciamento On line de Resíduos, que é o cadastro das entidades, associações e cooperativas de catadores de material reciclável. As entidades cadastradas serão divulgadas para aumentar a integração e a praticidade e estímulo da reciclagem no Estado de São Paulo. Na sequência o Sr. Moretti, passou a palavra ao Sr. Francisco Carlos de Castro Lahóz, representante do Consórcio PCJ, o qual informou que o Encontro Pós Fórum Mundial da Água, realizado em Rio Claro, foi o único evento pós Fórum do Brasil. O 8º Fórum Mundial da Água teve a presença de países e de pessoas acima das expectativas. A preocupação, nesse momento, recai sobre as estratégias para divulgação das experiências positivas do evento, sendo necessário que se proliferem os resultados. Posteriormente, o Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Petrus Weel, representante da Prefeitura Municipal de Holambra, o qual informou a respeito do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Campinas (RMC), que demanda auxílio dos Comitês PCJ para debater as questões referentes ao meio ambiente e recursos

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

Ata da 21ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jundiaí/SP, em 27/04/2018

925 hídricos da região, em especial através de contato
junto à Empresa Paulista de Planejamento
Metropolitano S. A. (EMPLASA) e à Universidade
Estadual de Campinas (Unicamp) que estão
efetivamente elaborando o Plano Diretor da RMC.
930 Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra ao Sr.
Massao, morador do município de Jundiaí, que
requereu informações a respeito do monitoramento
dos bombeamentos e captações em Jundiaí,
afirmando que os dados não estão disponíveis on line.
Expressou também seu entendimento quanto à

935 necessidade de serem repensados os processos de
aprimoramento da qualidade das águas pois os
relatórios anuais da CETESB não teriam indicado
melhoras nos últimos anos. O Sr. Moretti informou
que os dados referidos se encontram on line no site
da Sala de Situação das Bacias PCJ, e estão
atualizados e publicamente disponíveis. **6.**
Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Sr.
940 Barjas Negri agradeceu a presença de todos e deu a
reunião por encerrada.

LUIZ ROBERTO MORETTI

Secretário-executivo
Comitês PCJ

JEFFERSON BENEDITO RENNÓ

Presidente do CBH-PJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

BARJAS NEGRI

Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL